

Priscila Siqueira

DEMANDA • OFERTA • IMPUNIDADE

Tráfico de mulheres



SERVIÇO À MULHER MARGINALIZADA



SERVIÇO À MULHER MARGINALIZADA

Presidente: Sueli Maria do Nascimento

Vice-presidente: Iolanda Toshie Ide

1ª secretária: Margaret Gaffney

Secretária executiva: Maria do Socorro Nunes da Silva

Rua Samuel Brenner, 13 – Bom Retiro – São Paulo – SP

Cep: 01122-040

Tel: (11) 3228.4955 / 3228.6097 – Fax: (11) 3227.6825

E-mail: smm@smm.org.br

Site: www.smm.org.br

ABRIL DE 2004

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2004, considerado por decreto presidencial o ano da Mulher em nosso país o SMM - Serviço à Mulher Marginalizada - completa treze anos de atividades. O trabalho realizado nesse período de luta e militância pelos direitos femininos nos levou a eleger como prioridade o combate ao tráfico nacional e internacional de meninas e mulheres para exploração sexual comercial.

Há cerca de oito anos, estamos divulgando na imprensa brasileira um alerta contra o tráfico de seres humanos que, segundo a Organização das Nações Unidas, atinge, anualmente, de um a quatro milhões de pessoas no mundo. Em São Paulo, fazemos campanha de conscientização com cartazes e folhetos que, em parceria com a Polícia Federal, são distribuídos na emissão de novos passaportes.

Coerente com sua linha de atuação, o SMM lança agora Tráfico de Mulheres – oferta, demanda e impunidade, a primeira de uma série de publicações que irão auxiliar educadores e ONGs que desenvolvem atividades de prevenção contra essa indigna forma de humilhar e escravizar seres humanos.

SUELI MARIA DO NASCIMENTO

Presidente do Serviço à Mulher Marginalizada

NOTA DA AUTORA

Durante os treze anos de vida do SMM a principal missão de nossa ONG foi a de combater toda e qualquer forma de exploração sexual comercial de mulheres e meninas. Há algum tempo, o trabalho diário nos mostrou que o tráfico de jovens mulheres e garotas ainda crianças assumia proporções escandalosas não só em nível mundial, como atestam as denúncias das Nações Unidas, como também em nível interno, no território brasileiro.

Daí elegermos, há cerca de quatro anos, o tráfico de seres humanos como nosso principal foco de luta.

O nosso desafio é o comércio de mulheres e meninas para a exploração sexual comercial, isto é, para a prostituição. Sabemos que há também o tráfico de homens para o trabalho escravo, de crianças para adoção ou venda de órgãos, de travestis para a prostituição.

Todas essas modalidades de tráfico devem ser severamente combatidas pelo Estado com a ajuda de entidades envolvidas na luta por seu enfrentamento. Entretanto, para um resultado mais eficaz, o SMM se ateu à luta contra o tráfico de seres humanos sob dois recortes: o de gênero (mulheres e meninas) e o da exploração sexual comercial.

Esta primeira publicação do SMM sobre o tema não pretende ser uma obra acabada, mas uma contribuição à reflexão

sobre o tráfico de pessoas que é considerado o pior desrespeito e crime contra os Direitos Inalienáveis da Pessoa Humana nestes tempos de globalização.

Sabemos que muito tem de ser refletido e estudado na tarefa que nos impusemos de dar subsídios concretos à formulação de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de seres humanos. Estas, sim, necessárias que sejam implantadas de forma imediata e eficiente, um desafio que esperamos o Estado brasileiro não se negue a tomar.

P. S.

*A autora agradece a colaboração de
Andrea Dalledone Siqueira e Antonio Romane
não apenas para esta publicação, mas por anos e anos
de solidariedade que se confunde com
a amizade de uma filha e de um compadre.*

SEXO, DROGA & ARMAS

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece: cerca de quatro milhões de seres humanos desaparecem por ano no mundo. A maioria dessas criaturas é constituída por jovens mulheres e crianças do sexo feminino.

Apesar de inúmeras organizações não-governamentais (ONGs), ao redor do planeta, definirem o enfrentamento da exploração comercial e sexual de seres humanos como seu maior desafio, está longe de haver políticas governamentais nos diversos países envolvidos com a questão para a solução do problema. Em 1996, o governo sueco, sob a liderança da Rainha Sílvia, a Unicef e diversas ONGs internacionais ligadas ao assunto realizaram o 1º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo.

No relatório final do congresso, o representante da Unicef definiu a terrível situação do tráfico de crianças no mundo: em 1996, o cálculo estimado era de um milhão de crianças absorvidas pelo tráfico internacional de seres humanos. As mais felizardas – cerca de 30% das crianças desaparecidas – eram adotadas, fosse por sua cor de pele e atributos físicos, fosse por conta de sua idade. Comentava-se, então, que o preço médio de uma criança para adoção era de 30 mil dólares. E, por exemplo, que em Israel haveria numerosas crianças brasileiras adotadas ilegalmente.

Ainda conforme o relatório, a grande maioria das crianças traficadas era encaminhada para o comércio da prostituição, inclusive através da de *sites* pornográficos na Internet. Finalmente, a Unicef admitiu haver casos – que nos remetem a algum conto de Kafka – como a existência de creches, algumas no norte da África, onde as crianças seriam depositadas à espera de um pedido de órgão. Dessa forma, quando uma criança do chamado Primeiro Mundo precisasse de um rim, e seu sangue fosse do tipo AB negativo, por exemplo, alguma criança residente nessas “creches” apresentando as características desejadas seria sacrificada e o órgão vendido a peso de ouro. Tais crianças seriam, a rigor, gado de abate.

No Congresso de Estocolmo ficou claro que o tráfico internacional dessas pequenas criaturas se fazia principalmente dos países pobres do chamado Terceiro Mundo para os países desenvolvidos, a maioria da Europa. Assim, a Tailândia^{1,2} seria a campeã na “exportação” de crianças para fins de exploração comercial e sexual no planeta e o Brasil ocuparia a segunda posição nesse *ranking* mundial. De lá para cá, a situação do tráfico de seres humanos tomou contornos ainda mais tenebrosos. A queda da União Soviética fez com que organizações criminosas internacionais encontrassem um grande filão no tráfico de mulheres e crianças do Leste Europeu.

Governos e especialistas no estudo do tráfico de seres humanos afirmam que, com um lucro de 12 bilhões de dólares anuais, essa atividade é a terceira maior fonte de renda ilegal

em nosso mundo dito globalizado. A primeira seria o tráfico de armamentos, pois a guerra e a luta armada dão muito dinheiro; a segunda fonte de renda ilegal mundial seria o tráfico de drogas e, por último, mas não por fim, o tráfico de seres humanos.

Conforme depoimentos de membros da sociedade civil da Venezuela³, o mapa do tráfico das drogas é o mesmo do de mulheres, adolescentes e crianças. Pode-se mesmo fazer uma analogia com a venda de um refrigerante que vamos chamar de Cola-Coba: tanta gente de diferentes classes sociais e de diferentes faixas etárias toma Cola-Coba ao redor do mundo que, num determinado momento, não há como oferecer o produto para novos consumidores. É um limite do desenvolvimento do mercado. Então, joga-se no mercado um novo produto, por exemplo algo chamado Espirite, na hipótese de que uma mesma pessoa que bebe Cola-Coba também beba o Espirite.

Em seminário realizado pelo Departamento de Estado norte-americano em fevereiro de 2003, em Washington, com a presença de 400 pessoas representando 114 países diferentes, a fim de serem estudadas estratégias comuns de ação contra o tráfico internacional de mulheres e crianças, ficou evidente que, se essa atividade criminosa não for eficazmente combatida, num período de quatro a cinco anos tende a ser a mais lucrativa no mundo do crime, rendendo mais que o tráfico de armas e o de drogas.

Documento redigido em 2002 pela União Internacional de Superiores Gerais (UISG), ligada à Igreja Católica, cita a declaração de um dono de casa de encontros entrevistado pela revista canadense *Macleans*, que profetiza tal situação: “A droga a gente vende só uma vez, enquanto que as mulheres a gente vende várias vezes, até que não agüentem mais, fiquem loucas, morram de doença, ou se matem”.

(1) O que acontece na Tailândia é que as crianças do sexo feminino podem ser legalmente vendidas pelos pais. Assim, naquele país existe a figura de uma espécie de mascate, o tipo de comerciante que percorria o interior brasileiro, geralmente a cavalo, vendendo artigos encontrados somente nas cidades maiores. Só que, na Tailândia, a geografia se inverte: o mascate compra as crianças no interior do país, para serem revendidas nos prostíbulos das cidades maiores. Então, uma menina de seis, oito ou 10 anos é vendida numa transação que provoca dor e choro da própria criança, de sua mãe, de seu pai ou dos avós, mas que assim mesmo se realiza pois a família, por exemplo, quer trocar o aparelho de TV branco e preto por um colorido, etc. (1º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes, Estocolmo, 1996).

(2) Conforme a ECPAT (*End Child Prostitution, Child Pornography, and Trafficking of Children for Sexual Purposes*), uma entidade asiática que luta pelo fim da exploração comercial/sexual das crianças, a polícia tailandesa descobriu um prostíbulo, na capital do país, onde vivia uma garota de onze anos de idade num espaço constituído por um quarto, banheiro e uma pequena área descoberta. A menina estava naquele cativeiro desde os seis anos de idade, recebendo quantos clientes seus proprietários quisessem a cada dia. Contaminada pelo vírus da Aids, ela reagiu como um animal selvagem quando quiseram recuperá-la de sua prisão. www.ecpat.net/es/news. ECPAT International 328, Phayathi Road, Ratchathewi, Bangkok 10400-Thailand

(3) Seminário “Propuestas sobre Políticas de Infancia, desde la Escucha de Niños, Filosofía para Niños e Resiliencia”, Bogotá, Colômbia, maio de 1997.

PARA ALÉM DA POLÍCIA

Se ficarmos somente na discussão de quanto rende o tráfico de seres humanos, quais são os responsáveis por ele e quem são seus beneficiários, limitaremos em muito a real dimensão do problema, pois o transformamos numa mera discussão policial.

Evidentemente, o tráfico de seres humanos tem essa dimensão policial, já que na ponta da rede que envolve esse tráfico globalizado se faz necessária a repressão sistemática, assim como o combate a toda forma de corrupção, inclusive a da própria polícia. Porém, as causas mais profundas do problema se situam em outras dimensões que, se não atacadas, não há como se estancar o tráfico de seres humanos.

Devemos considerar, primeiramente, o processo de globalização que vivemos e ao qual ninguém consegue escapar, direta ou indiretamente. A terra adquiriu, a partir da segunda metade do século XX, uma dimensão que se convencionou chamar *aldeia global*.

A tecnologia, a rapidez dos meios de comunicação, a eficiência dos meios de transporte encurtaram distâncias e fizeram, das diferentes nações, pequenas cidades que podem se comunicar em tempo real.

Pode-se mesmo acreditar que a revelação feita pelo astronauta russo Yuri Gagarin, em 1961, “a Terra é azul”, na

primeira viagem de um homem ao espaço, causou uma revolução cultural maior do que a de Copérnico. A constatação de que se trata de um planeta azul muito pequeno teve e tem repercussões culturais das quais até hoje não tomamos plena consciência.

No começo daquela década, era crença de toda uma geração que o paraíso poderia ter um exemplo na terra. Em tempos de lutas anticolonialistas, a tecnologia parecia adquirir tamanha eficácia que o ser humano não precisaria trabalhar mais do que cinco horas diárias – surgia a cibernética, a ciência que pretendia o controle em três esferas principais: controle dos sistemas mecânicos e dos processos manufatureiros; controle da atividade humana organizada, ou seja, seguros, finanças, comércio e transporte; controle dos processos dentro dos organismos vivos. Os robôs seriam os aliados na busca de uma vida mais prazerosa. O restante do tempo, acreditava-se, seria despendido nas artes, no convívio com a família e amigos. Abrir-se-iam infinitas possibilidades de trabalho para as pessoas dedicadas profissionalmente ao teatro, canto, escultura, pintura, música, lazer em geral, esporte.

Aqui estamos, neste início do século XXI. O que se observa não é exatamente resultado do sonho juvenil dos anos 60: realmente a máquina e a tecnologia lograram resultados fabulosos, mas, em vez de todos trabalharem menos e terem mais horas livres, poucos continuaram trabalhando tanto ou mais horas do que trabalhariam anteriormente, ganhando o mesmo ou menos do que antes. A maioria proporcional foi dispensada

do mercado de trabalho e os lucros se concentraram ainda mais nas mãos de uns poucos. A tecnologia foi posta a serviço da concentração ainda maior de riquezas no mundo. São poucas as nações ricas em detrimento de centenas de nações pobres ou miseráveis; são poucas as pessoas milionárias em detrimento de hordas de famintos espalhadas pelo planeta.

Para termos uma idéia mais clara do que queremos dizer, vamos a um pequeno exercício de visualização¹:

Em janeiro de 2002, a população mundial era de cerca de 6 bilhões e 300 milhões de pessoas. Vamos imaginar que a terra seja um vilarejo com 100 habitantes, com cada habitante representando 63 milhões de pessoas. Pois bem, nessa vila 20 pessoas ganham menos que um dólar por dia para viver; 60 pessoas estão sempre com fome e, deste número, 26 estão severamente desnutridas; 16 outras pessoas vão dormir com fome pelo menos uma vez na vida. Somente 24 pessoas sempre têm o que comer.

Pode-se ver que pouco mais de 20% da população mundial consegue se alimentar adequadamente (e por vezes até demais) durante o período de sua vida. Daí se dizer que, entre três cidadãos do mundo, dois morrem de fome e um de tanto comer (com doenças conseqüentes de excesso gordura e/ou açúcar no sangue).

As relações entre as nações se apresentam cada vez mais injustas. Explora-se a mão-de-obra infantil para a produção mais barata de produtos a serem vendidos nos países do

chamado Primeiro Mundo.

Com a crescente valorização das moedas fortes, como o dólar, as dívidas dos países do Terceiro Mundo se tornam inviáveis, pois os juros crescem a cada segundo. É o exemplo do Brasil, que vendeu seu complexo hidroelétrico – o quarto maior no mundo – para pagar dez meses dos juros da dívida externa. E segundo o jornal *Folha de S. Paulo* de 31 de janeiro de 2004, o superávit brasileiro de 61 bilhões de reais foi insuficiente para pagar os gastos de nossa dívida externa, que alcançaram o recorde de 145 bilhões de reais.

É o mesmo sistema do migrante que vai trabalhar na fazenda de um coronel e fica dependente do seu armazém: quanto mais trabalha, mais deve. Quanto mais o país do chamado Terceiro Mundo produz e exporta, mais seu produto é desvalorizado e sua dívida cresce. É dentro deste círculo vicioso que podemos analisar nosso país.

Assim a concentração de renda e riqueza se dá em algumas nações ricas e em alguns grupos de pessoas. Tal modelo civilizatório não é perverso somente para as pessoas, mas também para o próprio planeta terra. Se o capital acumulado e concentrado nas mãos de poucos não respeita os seres humanos, por que iria respeitar a natureza? O que conta para o capital é o lucro, saia ele de onde sair. Estava certo Marx quando, no século XIX, dizia que no capitalismo tudo é mercadoria. Tanto faz serem bens naturais, manufaturados ou seres humanos.

A divulgação do documento “O Estado do Mundo” em janeiro de 2004, produzido pelo Worldwatch Institute, mostra a insustentabilidade dos padrões mundiais de produção, consumo e renda e a necessidade de novos parâmetros para o desenvolvimento mundial, já que o consumo de recursos e serviços naturais está além da capacidade de reposição do planeta.

Esta realidade também é demonstrada nos relatórios do programa das Nações Unidas para o meio ambiente (Pnuma). Atualmente, no mundo, apenas 1,7 bilhões dos atuais 6,3 bilhões de pessoas, têm capacidade de consumir além das necessidades básicas. 60% do consumo mundial está concentrado nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Se a eles se somar o Japão e outros países industrializados, chega-se a 80% da produção, consumo e da renda concentrados em nações com menos de 20% da população mundial².

Estamos neste começo de século XXI começando a ter consciência de que não só a Terra é um pequeno planeta azul que não está no centro do sistema solar, mas que o Sol e seus planetas estão na borda da galáxia e que nossa galáxia não está no centro do universo, até porque o universo não tem centro. Somos todos periferia.

Mas nesta periferia existem seis bilhões e 300 milhões de seres humanos que convivem com 80% das nascentes de água doce poluídas. Países como a Bélgica ou a Holanda, chegam a reciclar de sete a oito vezes a água que consomem³. No Brasil,

ainda não percebemos a dimensão do problema do abastecimento de água doce, já que nosso país parece pródigo desta matéria-prima. Porém, por uma questão cultural, transformamos os rios de nossas cidades em verdadeiras cloacas, haja vista o Tietê, na capital paulista.

As multinacionais já estão de olho em nossa água. Não faltam ambientalistas para afirmar que não será mais o petróleo a causa das guerras no século XXI, mas a água doce. Quanto aos alimentos, o que dizer? A FAO – organismo ligado à ONU que trata da questão alimentar e da agricultura no planeta –, não se cansa de alertar sobre o espectro terrível da fome pairando sobre o mundo atual⁴.

Não há dúvida de que o processo civilizatório implantado em nosso planeta é altamente destruidor: concentra riqueza nas mãos de poucos, aumenta o número de excluídos, destrói os recursos naturais. A globalização é um fato que está aí, inevitável, e do qual não podemos nos esconder ou evitar.

Os dois Fóruns Mundiais que aconteceram na capital gaúcha, Porto Alegre, e o da Índia – cujo mote central era “Um novo mundo é possível” – nos enchem de esperança com o vislumbre da possibilidade de uma globalização mais solidária e fraterna, de relações mais justas entre pessoas e nações. Com certeza, esta será a única possibilidade de sobrevivência da humanidade e de nosso pequeno e frágil planeta.

(1) *If The World Were a Village – a Book About The World's People*, David J.

Smith. Tanawanda, New York- Kids Can Press, 2002. Baseado nos dados dos *The World Development Report*, World Bank, NY, Oxford University Press. 1992-2001. *World Resources: A Report by the World Resources*, Institute in collaboration with the United Nations Environment Programme and United Development Programme. NY:Oxford University Press - 1992-1993 to 1998-1999.

(2) Relatório anual “O Estado do Mundo”, Worldwatch Institute, janeiro de 2004, citado por Washington Novaes, “Em busca do caminho das pedras”, *O Estado de S.Paulo*, 23 de janeiro de 2004.

(3) Há alguns anos acreditava-se que havia recursos naturais renováveis. Era o que se ensinava na escola, isto é, água limpa e ar puro nunca se esgotariam. Hoje temos idéia de que tais assertivas não estão corretas. Há um limite – muitas vezes irreversível – no processo de poluição. Por exemplo, a Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, está beirando o limite do qual, se for ultrapassado, morrerá enquanto ecossistema. (Rio 92 – Conferência Mundial de Meio-Ambiente, Rio de Janeiro, 1992)

(4) *The State of Food Insecurity in the World*, 2003, Food and Agriculture Organization - FAO, 2003.

E DIZEM QUE DEUS É BRASILEIRO

Nosso país é, com certeza, um dos mais ricos do mundo: tem extensão continental, riqueza de solo e subsolo, é campeão em biodiversidade, possui um litoral piscoso com quase nove mil quilômetros de extensão, e ainda abundância de solo fértil. Então, por que temos tantos miseráveis passando fome em nosso país?

A divisão de riqueza no Brasil é tida como uma das mais perversas no planeta. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citado pelo economista Alan Henriques, em 1999 os mais ricos em nosso país detinham 47,4% da riqueza nacional; por outro lado, cerca de 52 milhões de pessoas classificadas como estando “abaixo do nível de pobreza”, vivem com um dólar, ou menos que um dólar por dia. Com tal divisão de riqueza, não há como evitar o aparecimento do contingente de famintos com que nos deparamos no dia-a-dia de nossas cidades¹.

Quem é o principal pagador desta dívida social? Mulheres e crianças, sem dúvida². Dos miseráveis existentes no país, 70% são constituídos de mulheres com seus filhos com menos de 14 anos³. Daí dizer-se que, no Brasil, a miséria tem a cara da mulher.

A feminização da pobreza é um fenômeno mundial: sempre que há uma situação de penúria numa sociedade, as primeiras

e principais vítimas são as mulheres e suas crianças.

Uma pesquisa da Rede Mulher feita nos anos 90 mostrou que, na Grande São Paulo, um terço das famílias era constituído de mulheres (média de cinco filhos por mãe) e seus filhos de diferentes pais. A chegada de cada novo companheiro é considerada bem-vinda pela mulher, como a possibilidade de partilhar o fardo da chefia da família. O que se observou, porém, é que, normalmente, a cada companheiro um novo filho era incorporado à família, com o homem abandonando a mulher, enteado e filho depois de certo período de vida em comum.

As razões da fome e da miséria em nosso país, extremamente reforçadas a partir do regime de exceção de 1964 e nos governos neoliberais que o sucederam, têm raízes em nossa colonização.

É uma falácia supor que a situação sócio-econômica do país se justifica por sermos uma nação-criança. Os Estados Unidos da América do Norte têm cerca de 100 anos a menos de colonização branca do que nós⁴.

No Brasil, como de resto com todos os países da América Latina, o que acontece é um processo diferente. Nossa colonização foi baseada num tripé que, de certa forma, se mantém até hoje: os interesses da matriz em detrimento dos interesses da colônia, a manutenção dos latifúndios e o trabalho escravo.

(1) Conforme o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), em 1999,

9% da população brasileira (15,5 milhões de pessoas) vivia com um dólar por dia; 22% da população (37 milhões de pessoas), viviam com renda média inferior a 60 reais, estando abaixo da linha da pobreza. Para Joseph Page, historiador e professor de Direito da Universidade Georgetown, Estados Unidos, “diante da globalização, o Brasil não pôde desenvolver medidas que controlassem sua deficiente distribuição de riquezas: 10% da população – dona das maiores fortunas – monopoliza quase a metade dos recursos nacionais e deixa só 21% para os 10% que vivem em extrema pobreza”. www.fortunaevirtude.com.br. Segundo o IBGE, no espaço temporal entre 1992 e 1999, o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres cresceu percentualmente a mesma coisa. O que significa que o fosso entre as classes sociais aumentou: em 1992, os 10% de brasileiros mais ricos detinham 45,8% da renda nacional; em 1999, os 10% dos mais ricos passaram a deter 47,4% da renda nacional. Ainda segundo o IBGE, em 2002, 10% dos mais ricos no Brasil receberam cerca de 48 vezes a mais que os 10% mais pobres. Em média, os mais ricos receberam R\$ 8.548,00 por mês e os mais pobres, R\$ 56,00 por mês.

(2) Depoimento da Pastoral da Saúde na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: “A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo é procurada por considerável parcela dos segmentos mais pobres da população da Grande São Paulo. Na década de 80, um membro da Pastoral da Saúde, que atendia a enfermaria de mulheres, testemunhou um número imenso delas que tentavam abortar das mais diferentes maneiras, até mesmo com a lavagem vaginal com água sanitária. Este método, além de muitas vezes não provocar o aborto, queima inteiramente o útero da mulher”. Uma das pacientes fez o seguinte relato: “Quando a TV filma um de nossos filhos amarrados à perna da mesa da sala, com o prato de comida e um copo de água ao lado dele, como se ele fosse um cachorrinho, nos chamam de mães malvadas e sem coração. O que eles não contam é que se não amarrarmos nossos filhos dentro de casa e eles forem à rua, duas coisas podem acontecer: ou sumirem, ou serem atropelados. Se ficarmos em casa cuidando deles, não teremos o que lhes dar de comer”. Testemunho registrado por uma agente de Pastoral da Saúde de São Paulo.

(3) Relatórios da Comissão Externa para Estudo da Feminização da Pobreza da Câmara Federal, sob a presidência da deputada Luci Choinacki, Câmara Federal, 2004.

(4) *Pioneiros e Bandeirantes*, Viana Moog, Editora Graphia, 2000.

A HISTÓRIA SE REPETE, SIM

O período colonial português, a começar pelo chamado descobrimento, no século XVI, se caracterizou pela retirada do que pudesse ser retirado em proveito dos portugueses. Nossa terra acabou por receber o nome da árvore que, por sua cor avermelhada, era usada na indústria têxtil européia como corante. Até hoje o nordeste brasileiro – com as secas e terras devastadas –, paga o preço da destruição da Mata Atlântica então existente na região, pródiga em pau-brasil. Depois foi a vez da cana-de-açúcar, do ouro das Geraes, do café... Pouco importava ao colonizador qual a situação da terra ou os seres humanos que aqui viviam.

Ao longo deste processo¹, mudamos de matriz. Se, no início de nossa colonização, a matriz era Portugal, posteriormente esta passou a ser a Inglaterra. É só lembrar a “abertura dos portos brasileiros às nações amigas”, no caso, a Inglaterra.

A Guerra do Paraguai, por exemplo, foi resultado da união de três países títeres da coroa inglesa, Brasil, Argentina e Uruguai contra um ditador paraguaio que se recusava a aceitar o jugo inglês. Até hoje o Paraguai é o único país americano cuja língua predominante é a do povo nativo, o guarani, e não a do colonizador, o espanhol. Um país que pagou um preço muito alto por seu nacionalismo: ao término da guerra, todos os varões do país, a partir dos 12 anos de idade foram assassinados,

restando um país de crianças e mulheres².

E se no início do século XX a matriz da América Latina em geral, e do Brasil, em particular, era a Inglaterra, atualmente os “donos” de nosso país são os bancos e as corporações internacionais, na sua maioria norte-americanos. O processo, após 500 anos de colonização, continua o mesmo: o que conta são os interesses da matriz e não os do povo brasileiro.

No que diz respeito ao latifúndio brasileiro³, idêntico ao sistema de grandes *haciendas* nos países latino americanos de língua espanhola, o processo é o mesmo. Nunca houve no Brasil uma verdadeira reforma agrária. Mesmo na época de Getúlio Vargas, quando os benefícios sociais foram levados aos operários urbanos pela legislação trabalhista, a questão da partilha da terra nunca foi enfrentada.

Atualmente, os grandes proprietários rurais se confundem com os proprietários de bancos particulares e com o capital financeiro que, por sua vez, obtém uma grande representação no Congresso Nacional, conseguindo concessões de canais de televisão e rádio, construindo impérios de mídia para defesa de seus interesses, fazendo com que o círculo de poder e acesso à riqueza se feche.

No início de nossa colonização, os europeus tentaram aproveitar a mão-de-obra escrava indígena. É bom lembrar que em 1500 havia cerca de seis milhões de indígenas nas terras brasileiras e, atualmente, estão reduzidos a cerca de 500 mil, segundo cálculos da Funai. Aliás, vários historiadores

consideram que o maior genocídio da história da humanidade aconteceu no século XVI com a matança dos índios e a introdução da escravidão negra nas Américas⁴.

Com a mão-de-obra trazida da África – comércio que atendia aos interesses de traficantes portugueses e ingleses –, o trabalho escravo do negro é introduzido em nosso país. O ensino oficial no Brasil escamoteia a horrível mancha que trazemos em nossa história. Além das condições subumanas de vida impostas à comunidade negra de nosso país, ela nunca foi ressarcida dos quatrocentos anos de trabalho escravo fundamentais na formação de nossa nação. Se analisarmos o processo de “libertação dos escravos negros”, vemos como sua versão oficial é mentirosa.

Ao declarar que o negro de 60 anos estaria livre – na realidade ele teria que trabalhar até 65 anos – a Lei do Sexagenário liberava o proprietário do ex-escravo a mantê-lo na velhice. Dá para se imaginar as condições de um ser humano que, durante 65 anos foi forçado ao trabalho escravo, com todos os tipos permitidos de castigo? Os poucos que sobreviveram eram obrigados a largar a família, os amigos, e ir embora da fazenda, não se sabe para onde, pois estavam “livres”.

A Lei do Ventre Livre, por sua vez, “libertava” da escravatura a criança recém-nascida e não a sua mãe. Daí que uma era livre e a outra, da qual a primeira dependia inteiramente, permanecia escrava. É desta época o aparecimento das

primeiras crianças abandonadas no Brasil, com a introdução das *rodas dos enjeitados* das ordens religiosas, onde as crianças eram abandonadas: como as congregações femininas via de regra não tinham contato direto com a população, as portas dos conventos tinham uma armação de madeira que girava como uma roda. Nessa armação eram colocadas as doações para as religiosas que giravam a roda e as apanhavam de dentro do convento. As crianças “livres”, filhas de escravas, eram depositadas nessas rodas e recolhidas dentro do espaço conventual pelas freiras. Na senzala, junto com a mãe escrava, o recém-nascido não podia ficar...

Então a “redentora Princesa Isabel” liberta os escravos em 1888. O Brasil é a última nação, em todas as Américas, a declarar livres seus escravos. De uma hora para outra, milhares de ex-escravos são mandados embora do lugar onde sempre trabalharam e onde muitos nasceram e se criaram. Poucos foram os proprietários de terra que deram aos seus ex-escravos alguma ajuda em pagamento pela riqueza que conseguiram obter com o seu trabalho.

A massa humana liberada das fazendas só podia achar abrigo nos piores lugares das cidades, iniciando então o processo de favelização das nossas cidades. Esta “libertação” se dá não pela generosidade de uma princesa, mas, principalmente, pela necessidade de mercado de um capitalismo incipiente. Primeiramente, escravo não compra, pois seu trabalho não é remunerado. Depois, ficava mais barato manter um operário

pago com um salário de fome nas pessoas dos imigrantes que chegam ao nosso país no final do século XIX.

(1) Quando D. Pedro I proclamou nossa independência, tivemos que pagar a Portugal um milhão de libras esterlinas em “retribuição” aos serviços prestados pelos colonizadores durante os quatro séculos de colonização. Esta quantia era exatamente o montante da dívida externa portuguesa com o governo da Inglaterra. Como o ouro das Geraes, este dinheiro mal esquentou os cofres de Portugal, indo direto aos cofres da Inglaterra. Daí dizer-se que foi o ouro mineiro o principal fator de desenvolvimento econômico da Inglaterra.

(2) *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*, Chianenatto, Julio José, Editora Brasiliense, 1998.

(3) *História da Sociedade Brasileira*, Francisco Alencar, Lúcia Carpi, Marcus Venício Ribeiro, Ao Livro Técnico S/A, São Paulo, 1981.

(4) *História das Sociedades- das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais*, Aquino, Rubim Santos Leão de Aquino Jacques, Francisco Jacques Moreira e Alvarenga Denize, Denize de Azevedo Franco Oscar, Oscar Guilherme Pahl Campos Lopes, Ao Livro Técnico S/A, São Paulo, 1978.

BOAS, PARA O CÉU. AS MÁS, À LUTA

Sem dúvida, existem causas sócio-econômicas determinantes no que diz respeito ao tráfico de jovens mulheres e meninas em redor do planeta e ao fato de nosso país ser um grande “exportador” dessa “matéria-prima”. Porém, não podemos esquecer as causas culturais do problema se não quisermos ter uma visão distorcida dele.

Em relação ao Brasil, parece-nos que duas causas são fundamentais em nossa cultura, reforçando e se entrelaçando dialeticamente com as causas sócio-econômicas, facilitando ainda mais a opressão de mulheres e meninas. A recente escravidão negra – pouco mais de cem anos, isto é, apenas cerca de quatro gerações a partir de 1888 – fez-nos crer que podemos ser “proprietários” de outrem. Outra causa é a visão judaico-cristã, impregnada na cultura brasileira, de que o pecado entrou no mundo/história pela mulher.

Mas antes de discorrer sobre estas causas culturais, é preciso que tenhamos em mente o novo conceito sociológico denominado gênero.

Há uma diferença entre sexo e gênero. Sexo é uma determinante biológica. Sabemos que o macho tem dois tipos de genes sexuais: o X e o Y. Os genes da fêmea são sempre X/X. Se na hora da concepção de um novo ser o espermatozóide que fertilizou o óvulo continha um gene X, então uma menina foi concebida. Ao contrário, se na hora da concepção o

espermatozóide que penetra o óvulo levava um gene sexual Y, um macho, um menino foi concebido.

Portanto, se somos mulheres ou homens, a escolha não foi nossa. Foi determinação biológica definida pelo pai de cada um de nós. Entretanto, gênero é o que a sociedade, a educação, a religião, enfim, a cultura faz do sexo. Gênero é resultante do que a sociedade espera dos papéis atribuídos a cada sexo. Ser mulher, hoje, na Suécia, por exemplo, não é o mesmo que sê-lo num país islâmico, ainda que as duas tenham nascido no mesmo dia e hora. Se duas gêmeas idênticas fossem separadas ao nascer, uma sendo criada no interior do nordeste brasileiro e outra na alta classe média carioca, elas com certeza teriam padrões de comportamento sexual diferentes. Do mesmo modo, esperar-se-iam delas papéis sociais diferentes.

Existem numerosos ditos populares que ilustram o que se pensa e o que se espera do comportamento de um homem e de uma mulher em nossa sociedade. Por exemplo: “segurem as cabras que os bodes estão soltos” ou “se uma mulher fizer alguma coisa errada, gruda nela; se o homem fizer a mesma coisa, ele bate na lapela e cai a poeira”. Mulher de malandro: “Você não sabe por que está batendo nela, mas ela sabe por que está apanhando”; “pão, mulher e cachorro: quanto mais se bate neles, melhor eles ficam”.

Mesmo a nossa língua portuguesa é extremamente machista. Se numa sala de conferência estiverem presentes 500 mulheres e uma delas estiver embalando um bebê masculino, o plural

desta platéia vai para o masculino: “eles estavam...”. A língua portuguesa, o nosso código de comunicação, traz embutida uma visão machista da sociedade. O “homem” representa a síntese do homem e mulher. Não foi à toa que no encontro de Beijing, na China¹, mais uma vez foi reiterado que “os Direitos Inalienáveis do Homem são também direitos das mulheres”.

Há também na sociedade brasileira uma série de ritos que retratam a visão que se tem do homem e da mulher. O baile de debutantes, por exemplo: como num rito de passagem, a garota – em geral em torno dos quinze anos – deixa seus sapatos baixos e coloca os de salto alto. Normalmente de branco, que simboliza a pureza e a virgindade, a garota é apresentada pelos pais (no ritual, especificamente pelo pai) à sociedade. O que está implícito neste gesto? Eis aqui uma moça casadoira, zero quilômetro, de boa linhagem.

Outro ritual interessante para ilustrar os papéis masculino e feminino em nossa sociedade – que não deixa de ser bonito e emocionante –, é o do casamento religioso: o pai entra na Igreja com a filha, novamente de branco, e a entrega ao futuro marido, numa cerimônia presidida por um terceiro homem, o celebrante. Simbolicamente, a mulher sai da tutela do pai e passa à tutela de um novo homem, seu futuro marido. E um terceiro homem legaliza socialmente o contrato, a transação. Não são poucas as mulheres brasileiras apresentadas como “a filha de Fulano, a esposa de Cicrano ou a mãe do Beltrano”. Ela, mulher, nunca o é – ela só se realiza no homem. Daí o conceito pelo qual o

“solteirão” é um varão inteligente que soube preservar sua liberdade individual. Ao contrário, a palavra “solteirona” adquire um teor pejorativo, pois designa a mulher que não conseguiu um homem “para se realizar”, “ser alguém”.

Em nosso país, as relações de opressão econômica, de gênero e de etnia estão extremamente entrelaçadas. Até poucos anos atrás, admitia-se que 75% das prostitutas brasileiras² eram constituídas por negras e mulatas³. Dráuzio Varella, no livro *Carandiru*, afirma que, nos dez anos de trabalho voluntário que fez como médico no interior daquele que foi o maior presídio da América Latina, nunca encontrou um branco rico entre os detentos daquele inferno na terra.

(1) Encontro de Beijing organizado pela ONU-UNIFEM em 1995, quando foram discutidos os Direitos das Mulheres.

(2) Estimativa feita pela Pastoral da Mulher Marginalizada, linha 6 da CNBB, 1999.

(3) Sabemos que o emprego dos termos *mulata* e *mulato* é repudiado pelos movimentos negros em nosso país, já que têm conotação desrespeitosa: *mulato* vem do espanhol *mulo*, no sentido de *híbrido*, aplicado primeiro a qualquer mestiço. *Mulata*, então, poderia significar o resultado do cruzamento entre a égua e o burro, gerando a mula, boa para o trabalho, resistente e dócil. Porém, fica difícil fugir a essa palavra, já que *mestiça* não traduz exatamente o que *mulata* quer dizer, isto é, a filha de pai negro e mãe branca ou vice-versa.

A SUPREMACIA DO MACHO

Dois fatores são determinantes na maneira com que muitas pessoas em nossa sociedade encaram o outro, a alteridade. A escravidão negra é um desses fatores. É pouco o tempo na história nos separando das senzalas legalmente constituídas. O direito de possuir o outro, de coisificar o outro, está impregnado em muitas cabeças da elite brasileira. Quantas vezes não ouvimos nas rodas de senhoras da sociedade, quando se referem às empregadas domésticas ou a outras classes sociais, designando-as como “essa gente” ou “aquela gentinha”?

Quantas vezes não nos deparamos com zelosas mães que, preocupadas com a saúde e o bem-estar dos filhos homens, contratam adolescentes como domésticas para serem iniciadoras e iniciadas pelos varões da família? Obviamente, após o resultado desejado, as domésticas são devidamente dispensadas, mesmo se, ou *principalmente se*, uma gravidez for confirmada.

O segundo fator fundamental na cultura brasileira é o cristianismo. Ainda que um indivíduo em nossa sociedade seja islamita, budista ou ateu, ele sofre a influência de padrões judaico-cristãos¹ impostos em nossa sociedade católica portuguesa. Na má interpretação do Gênesis, tradicionalmente aceita pelos cristãos, foi Eva a responsável pelo pecado de

Adão, de onde resultou a expulsão do casal do paraíso. Adão, argüido por Deus, se revela o bom moço, ingênuo, que se deixou seduzir pela insidiosa Eva que, por sua vez, foi seduzida pela serpente / mal / demônio.

Daí a responsabilidade de Eva/feminino pelo sofrimento imposto à História e às nossas histórias pessoais. Se Eva não tivesse tentado Adão, ele não teria pecado e nós ainda estaríamos numa boa vivendo no paraíso terrestre. Portanto, em última análise, a culpa por tanto sofrimento no mundo é Eva / Mulher. Daí a desconfiança ancestral que os Padres da Igreja têm em relação à mulher. Haja vista os escritos de Santo Agostinho ou São Tomás de Aquino².

A historiadora Joana Maria Pedro, no livro *História das Mulheres no Brasil*³, reproduz uma quadrinha publicada no jornal *República de* 1893, que mostra como é antiga a ameaça sentida pelo homem, em relação à mulher:

“Quando a Eva Deus criou
do homem pra companheira
e aquela mulher pecou
ao mundo a culpa primeira
por seu pecado largou
Por uma mulher então
foi o mundo de uma vez
arrastado à perdição
e se a primeira isto fez,
o que as outras não farão?”

Os freis dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger, que em 1484 escreveram o livro *O Martelo das Feiticeiras (Malleus Maleficarum)* – um manual para desmascarar feiticeiras... – já afirmavam: “As mulheres são mais fracas na mente e no corpo (...) pois no que tange ao intelecto ou ao entendimento das coisas espirituais, parecem ser de natureza diversa o homem, fato que é defendido pelas autoridades, pela razão e por vários exemplos da Escrituras”.

Os dois inquisidores lembram que a inferioridade da mulher (*femina*, em latim) pode ser vista por seu próprio nome: pois *femina* vem de *fé* e *minus*, menos, portanto com *menos fé*, por ser sempre a mulher mais fraca em manter e preservar sua fé.

Em contrapartida à Eva/perdição nos apresentam Maria/maternidade / pureza, que vem reforçar sobremaneira a moral dualista de nossa sociedade. A mulher que dá à luz permanecendo virgem, sem se macular na relação sexual. Passe a acreditar que há dois tipos de mulheres: as santas – *minha mãe, minha esposa, minha irmã*, todas propriedade de um determinado macho, ao contrário das mães, esposas e irmãs dos outros, possíveis pecadoras. Existe maior ofensa do que se dizer à um homem que ele é um *filho da puta*?⁴

Obviamente, essa diferenciação entre mulheres – que reforça a dupla moral existente em nossa sociedade – está intimamente ligada às suas condições sócio-econômicas. As mulheres pobres, escravas, serviçais, são mais facilmente identificadas como “perdidas”⁵, tendo elas padrões de comportamento

diferentes das sinhazinhas, das meninas e senhoras da sociedade. Estas, inclusive, não deviam conhecer o prazer sexual para não serem tentadas ao adultério, já que sua função primordial era a de conceber filhos – principalmente varões – para a família e a sociedade.

Experiências vivenciadas por diferentes pessoas podem nos dar um exemplo desta situação:

●Irmã Marta, religiosa irlandesa estava na periferia de São Sebastião, cidade do litoral norte paulista onde trabalhava, quando algumas adolescentes e meninas lhe perguntaram “Irmã Marta, quantos filhos a senhora tem?”, a religiosa respondeu “Nenhum”. “Mas quantos filhos a senhora vai ter?”, insistiram. “Nenhum”, insistiu a freira. “Nenhum?”, retrucaram as garotas, “então para o que a senhora serve?”

●O bisavô italiano de um médico paulistano, imigrante no interior do Paraná, ao saber que sua esposa, na primeira gestação, tivera uma menina, reclamou irritadamente: “Melhor que fosse um monte de estrume, pois pelo menos com ele eu poderia adubar a terra”.

●O vídeo “É menino ou menina”, veiculado pela TV Educativa, usado para discussão de gênero, que mostra bem a expectativa do nascimento de um varão: quando o velho proprietário da terra sabe que a nora entrou em trabalho de parto, ele prepara uma bacia para jogar a água porta à fora, esperando o anúncio do nascimento de um menino. O velho avô fica imaginando que a água lançada para a rua será como o

neto que vai levar o seu nome e o de sua família para o mundo. Mulher, segundo o idoso, “só serve para se enfeitar e trazer gente ao mundo”. Quando avisam para ele que nasceu uma menina, com lágrimas nos olhos, o ancião joga a água dentro de casa, determinando com este gesto qual o lugar de uma mulher.

(1) Nos anos 70, o escritor e jornalista Paulo Francis afirmava que a única força capaz de transformar a América Latina numa sociedade mais justa, com relações econômicas mais eqüitativas, seria a Igreja Católica e igrejas cristãs. Trinta anos depois, dá para se notar o esforço da ala conservadora da Igreja Católica no continente, assim como o aparecimento das Igrejas pentecostais, que se esforçam em dispersar a atenção da sociedade dos problemas sociais, concentrando-a no “alcance da salvação eterna”.

(2) “As mulheres são mais inclinadas à incontinência que os homens”, diz Tomás de Aquino, invocando Aristóteles na *Summa Theologica* (II / II q. 56 a.1).

(3) *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore, Edityots Contexto e Fundação Unesp, 1997, capítulo “Mulheres do Sul”, Pedro Joana Maria.

(4) Em nossa cultura judaico-cristã, o prazer continua sendo considerado pecaminoso e proibido. E, exatamente, a “arma” do feminino é o prazer, oferecido por Eva. O conceito de pecado original, advindo de se comer o fruto da Árvore do Conhecimento (do Bem e do Mal), deixa de ser uma ofensa a Deus, de se querer ter o poder divino, para se transformar numa ofensa advinda da experiência carnal do prazer. O foco central deste pecado é mudado da luta pelo poder para o prazer sexual. É importante lembrar que o último livro do Antigo Testamento a ser escrito foi o Livro de Gênesis. Isto aconteceu cerca de 500 anos AC, quando o povo judeu era prisioneiro na Babilônia. Então, os sábios do Povo Escolhido acharam por bem escrever um “início”, uma gênese de sua história, da história do Povo de Israel para ajudá-los a não perder suas raízes culturais.

(5) *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freire, Editora Global, Edição Comemorativa dos 70 anos da Obra, 2003.

ELA É NEGRA!

As primeiras figuras representando divindades de que se tem conhecimento são femininas. Por exemplo, a Vênus Paeolítica (Vênus de Willendorf-Áustria, datada em cerca de 25 mil anos AC. É uma deusa gorda, de seios imensos representando o mistério da natalidade, já que o papel do varão na concepção era então desconhecido¹. Os historiógrafos acreditam que, nas sociedades antigas, as pessoas não relacionavam reprodução ao ato sexual. Tais comunidades simplesmente aceitavam o que viam: as mulheres “produziam” crianças, cada um sabendo de que mãe tinha nascido.

As mulheres eram vistas como reprodutoras exclusivas da geração seguinte. Também os filhos e filhas levavam o nome da tribo ou o clã da mãe. Os registros da genealogia se faziam segundo a família da mãe, ou seja, eram matrilineares. Daí ser natural que as comunidades primitivas cultuassem e venerassem divindades femininas. Aqueles povos reverenciavam o poder de dar à vida e o poder de nutrir e sustentar a vida.

Há uma seqüência imensa de deusas nos diversos períodos da pré-história: a Mãe Terra, na França, 19 mil anos AC; Deusa que dá à luz, do Iêmen, cerca de 6 mil AC; Deusa da Turquia, 5.750 AC; Mãe Deusa de Malta, 3mil - 2 mil AC; Isis, do Egito, 600 AC; Atena da Grécia, 500 AC; Nut ou Deusa da Árvore, do Egito, 633-525 AC; Deusa da Lua, que dá à lua a si mesma, no

México cerca de mil anos AC.

Como a gravidez era um mistério, já que desconhecida sua causa, ela era ligada a uma ordem sobrenatural. Até hoje existe entre sociedades chamadas primitivas o mito da gravidez ocasionada por ação de árvores, animais ou por intervenções sobrenaturais. É o caso do boto na região amazônica, que engravida as meninas virgens que inocentemente passeiam pelas margens dos rios e igarapés.

O mitólogo norte-americano Joseph Campbell divide em quatro grupos os mitos da criação conhecidos em nossa sociedade^{2,3}.

Numa primeira etapa, o mundo é criado por uma deusa sem o auxílio de ninguém. O feminino sozinho é a origem da Vida. Um importante exemplo desta primeira etapa em que a Grande Mãe cria o universo sem ajuda de ninguém é o mito grego. Nele a criadora primária é Gaia, a Mãe Terra. Dela se originam os outros deuses. No mito Nagô, que dá origem ao candomblé, é Nana Buruquê que dá à luz a todos os orixás, sem o auxílio de ninguém². No Peru e na Bolívia, temos a Pacha Mama, identificada com a Terra. Assim como o fruto e o alimento surgiam da terra sem explicação, do mesmo modo do ventre da mulher surgia um novo ser humano. Daí a grande identificação entre mulher/ terra/ natureza. A terra seria o grande útero de onde brotava o alimento fundamental à vida.

Numa segunda etapa, o universo é criado por um casal criador ou um deus andrógino que gera todos os outros deuses.

É como o hinduísmo explica a origem da vida ou, outro exemplo, o Yin e o Yang, o princípio feminino e masculino que governam juntos na mitologia chinesa.

Numa terceira etapa, um deus macho ou toma o poder da deusa, ou cria o mundo sobre o corpo da deusa primordial. Exemplos dessa terceira etapa são as mitologias nas quais reinam em primeiro lugar as deusas mulheres, que são destronadas por deuses masculinos. Por exemplo, a mitologia sumeriana, segundo a qual no princípio reinava a deusa Siduri, num jardim de delícias e cujo poder foi usurpado por um deus solar.

Os mitos primitivos dos astecas falam de um mundo perdido, de um jardim paradisíaco governado pela deusa mãe Xoxoquetzel. Dela nasceram as outras divindades que, depois, se revoltam contra ela. Então, ela dá à luz um deus macho, Huitzilopochtli, que irá governar a todos.

A última etapa, na qual estamos inseridos, a divindade criadora do mundo é *macha*. Já a partir do segundo milênio A.C. raramente se registram mitos em que a divindade primária seja uma mulher. O exemplo mais claro da ausência total do feminino em deus é o mito judaico-cristão. Javé é um deus único todo-poderoso, onipresente, onipotente, que controla todas as criaturas.

Ao contrário da Grande Mãe, que é permissiva, amorosa e não-coercitiva, Javé dita regras rígidas de comportamento cuja transgressão é sempre punida. Javé representa a transformação do matricentrismo em patriarcado⁴.

A evolução dos mitos criadores parece corresponder às etapas cronológicas da história humana.

A figura sempre presente nos diversos mitos de um paraíso terrestre, de um Jardim das Delícias, é a lembrança ancestral e arquetípica da antiga harmonia existente entre a natureza e o ser humano nas antigas sociedades matricêntricas. Aí o convívio social era regido pela solidariedade⁵.

Nos grupos matricêntricos, as formas de associação entre homens e mulheres não incluíam nem a transmissão do poder nem a da herança, por isso a liberdade em termos sexuais era maior. Por outro lado, quase não existia a guerra, pois não havia pressão populacional pela conquista de novos territórios. A vida era harmoniosa e pacífica na busca de alimento constituído por pequenos animais e pelos frutos da terra⁶.

É nas regiões em que a coleta é escassa, ou onde vão se esgotando os recursos naturais vegetais e pequenos animais, que se inicia a caça sistemática aos grandes animais. Aí começam a se instalar a supremacia masculina e a competitividade entre grupos na busca de novos territórios. Agora, para sobreviver, as sociedades têm de competir entre si por um alimento escasso. As guerras se tornam constantes e passam a ser mitificadas. Surge a figura do herói-guerreiro. O homem ainda não conhece com precisão a sua função reprodutora e crê que a mulher fica grávida dos deuses. Por isso, ela ainda conserva o poder de decisão.

Nas culturas que vivem da caça, já existe estratificação so-

cial e sexual, mas não é completa como nas sociedades seguintes.

É no decorrer do neolítico – há mais ou menos 10 mil anos, com a domesticação de plantas e animais – que o varão, em algum momento, descobre seu papel na atividade reprodutora. Podendo controlar sua função biológica, ele passa também a controlar a sexualidade feminina. É dessa época o casamento tal como o conhecemos hoje, em que a mulher é propriedade do homem e a herança se transmite através da descendência masculina. Já acontece assim, por exemplo, nas sociedades pastoris descritas na Bíblia⁵.

Os antropólogos concordam com a tese de que os primeiros humanos a descobrir os ciclos da natureza foram as mulheres, comparando-os aos seus próprios ciclos biológicos. As mulheres também descobriram a agricultura e fizeram os primeiros potes de cerâmica. Porém, foram os homens que, com a invenção do arado, sistematizam as atividades agrícolas, iniciando uma nova era, a era agrária, e com ela a história em que vivemos hoje. Segundo dados antropológicos, somente nas sociedades caçadoras-coletoras houve uma real igualdade de gênero⁷.

A agricultura em larga escala determina que as comunidades deixem de ser nômades e passem a ser sedentárias. Com o cultivo de grandes áreas, acirra-se o processo de disputa pela propriedade da terra, da mão-de-obra escrava e a propriedade da mulher para gerar herdeiros, fenômenos que já vinham acontecendo nas sociedades pastoris.

Para garantia do herdeiro ser filho de seu proprietário, a

mulher devia sair virgem da casa de seus pais. Neste momento quebram-se definitivamente dois elos harmoniosos: o do homem com a mulher, através da relação proprietário e propriedade, e do ser humano e natureza. O Livro de Gênesis demonstra tal ruptura no relato do pecado original onde Eva é a grande vilã (o pecado entra na História através da mulher...) e a ruptura com a natureza, resultante da ordem divina: o homem deve domar a natureza.

Provavelmente, a igreja católica – e certamente outros setores cristãos – atinou para a declaração de João Paulo I, que parece ter sido eleito Papa apenas para afirmar ”Deus é mais Mãe do que Pai”.

Esta afirmação é de conteúdo altamente revolucionário na visão cristã da divindade, pois a figura do Deus Pai – unicamente homem, varão – está tão entranhada em nossas mentes que não conseguimos formular a representação do divino que não dessa maneira. Daí a historinha que derruba nossos preconceitos em relação a gênero e etnia:

Um grupo de sábios e santos teólogos rezavam e jejuavam pedindo a Deus que a um deles fosse dada a graça de ser escolhido para ter a visão da face celestial. Em determinado momento – depois de muito jejum e oração – um anjo do Senhor apareceu e convidou um desses santos a ver o Rosto de Deus. Os outros permaneceram ansiosos em oração e penitência.

Depois de muito tempo, o escolhido voltou com olhos esbugalhados e respiração ofegante. Expectativa geral. “Como

é Deus?”, ousou um deles indagar. Para espanto geral, a resposta foi curta e grossa: “Ela é negra!”

(1) *Mulher, Fé e Espiritualidade*, caderno 1, coordenadoras McDonell Judy e Kirkconell Lyn, abril, 1991

(2) *As Máscaras de Deus: Mitologia Ocidental*, Joseph Campbell, Editora Palas Athenas, 2000. *The Power of Myth*, Joseph Campbell- Anchor Books Doubleday, 1991.

(3) *Breve Introdução Histórica ao “Martelo das Feiticeiras”*, Heinrich Kramer e James Sprenger, escrita por Rose Marie Muraro, Editora Rosa dos Tempos, 1995.

(4) *Beyond Power*, Marilyn French, Summit Books, Nova York, 1985.

(5) *O Sonho da Terra*, Thomas Berry, Vozes, 1991.

(6) *Breve Introdução...*, Rose Marie Muraro, idem.

(7) *Cultural Anthropology: An Applied Perspective*, Gary Ferraro, 5th edition, Thomson/Wardworth, Belmont, CA.

LEI DA OFERTA E DA PROCURA

A Convenção da ONU, de Palermo, contra o Crime Organizado Transacional, adotada em novembro de 2000, trata de modo especial o tráfico de mulheres ao incluir o Protocolo para “Prevenir, Punir e Erradicar o Tráfico de Pessoas, especificamente de mulheres e crianças”.

O artigo terceiro do Protocolo da Convenção de Palermo define o tráfico de pessoas como “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou a aceitação ou à entrega de pagamento ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração”.

Tal exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, à escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou remissão de órgãos.

O tráfico de seres humanos é uma transação comercial que segue regras de mercado. Podemos configurá-lo num triângulo equilátero: oferta, demanda, impunidade.



O que faz com que uma criança, uma adolescente ou uma jovem mulher sejam oferecidas ou se ofereçam como mercadoria numa transação comercial?

A fome, a falta de condições de vida dignas, a falta de oportunidade de trabalho, enfim, causas sócio-econômicas, mas também, como já vimos, causas culturais, que transformam a mulher, a criança e a adolescente em meros objetos a serem consumidos.

O que leva um homem adulto a procurar uma criança, uma adolescente ou jovens mulheres em situação vulnerável para sua satisfação sexual, já que, segundo pesquisas da Coalition Against Trafficking in Women (CATW), o homem adulto é o seu maior consumidor?

Creemos que, principalmente, as causas são culturais, já que esse consumo perpassa todas as classes sociais. E tudo isso se dá mais facilmente se a legislação que controla tal crime é frágil e se a impunidade é maior.

Fica evidente que o fluxo do tráfico segue sempre uma mesma dinâmica. As pessoas são traficadas das regiões pobres para

as regiões ricas. Isto acontece tanto no tráfico interno quanto o externo, como mostra a pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial no Brasil a PESTRAF¹, liderada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), ONG ligada à Universidade de Brasília. A pesquisa, publicada em 2002, demonstra que existem mais de 200 rotas internas ao território brasileiro e cerca de cem voltadas para o exterior.

A pesquisa evidencia que, em relação ao tráfico externo, a Espanha é o destino mais freqüente das brasileiras, com 32 rotas. O Itamaraty² reconhece existir cerca de 20 mil brasileiras vivendo na Espanha, cerca de 10 mil delas somente na cidade basca de Bilbao.

De acordo com a pesquisa de mídia PESTRAF, o envio de mulheres para a Espanha é quase sempre creditado a uma mesma organização criminosa, denominada Conexão Ibérica, que utilizaria Portugal como porta de entrada das mulheres na Europa. A Conexão Ibérica seria formada por diversas organizações criminosas, dentre as quais a máfia russa, proprietária de prostíbulos na Espanha e Portugal³.

Em junho de 2003, a Divisão de Apoio ao Turista DAT, da Polícia Civil cearense, descobriu um esquema internacional de tráfico de mulheres, montado nesse estado já há sete anos, que ligava a capital Fortaleza à cidade de Santander, na Espanha. A denúncia, que partiu da mãe de um das moças traficadas, reforça

a forma de agir dessas quadrilhas: passaporte, dinheiro e pertences das mulheres são retidos quando chegam a seu destino, quando então elas permanecem sob constante vigilância, caracterizando uma situação de escravidão.

Notícia mais recente, de agosto de 2003, nos dá conta de três quadrilhas desbaratadas pela Polícia Federal especialistas em levar mulheres brasileiras para a prostituição nas casas noturnas na Espanha. Segundo os responsáveis pela investigação, mais de cem prostitutas haviam sido enviadas para aquele país europeu no ano de 2002, por meio de um esquema que envolvia aliciadores e doleiros em oito estados brasileiros. Cada aliciador recebia R\$ 600 por mulher recrutada. Segundo estimativas fornecidas pela PF, das 300 mil prostitutas que atuam na Espanha, 90% delas são estrangeiras vindas principalmente do Leste Europeu e da América Latina.

O tráfico de seres humanos que se dá internamente, em geral segue a lógica das rotas oriundas em regiões mais pobres para as cidades e capitais mais ricas do País. Ou então, as rotas do tráfico atendem a demanda de atividades econômicas onde se concentra uma numerosa população masculina como garimpos ou construções de grande porte como hidrelétricas ou estradas.

O documento “Esquemas de Proteção às Vítimas do Tráfico”, preparado para um seminário sobre o assunto que aconteceu em Madri em dezembro de 2002⁴, a cargo da Organização Internacional de Imigração (OIM), deixa claro que o tráfico é uma violação aos Direitos Inalienáveis da Pessoa

Humana. Em nível pessoal, essa atividade criminosa infringe a dignidade humana, a liberdade individual, o direito de ir e vir, a privacidade e o direito de autodeterminação. Em nível social, o tráfico de seres humanos viola a proibição de escravidão, já que submete a ela a pessoa traficada, obrigando-a a um trabalho forçado. E, pelo consenso geral, esse procedimento é desumano e cruel.

Em 15 de novembro de 2000, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou o Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças, suplementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado. Conforme Janice G. Raymond, que elaborou um guia desse novo protocolo, esse documento é um acordo internacional de grande alcance que instaurou uma linguagem e uma legislação global definindo o que seja tráfico de pessoas.

O Protocolo sobre tráfico também estabelece os parâmetros sobre a cooperação judicial e os intercâmbios de informação entre países. Porém, para que a Nova Convenção das Nações Unidas e seu protocolo adicional sobre o tráfico de pessoas se convertam em instrumentos de direito internacional, devem ser ratificados por um mínimo de 40 países.

“Esse Protocolo se compromete a lutar contra as redes mundiais de delinqüência organizada, combater o tráfico de seres humanos e a prostituição transacional; numa era de globalização do capital, da informação e da tecnologia, o tráfico organizado

opera como uma indústria transacional que se sobrepõe às fronteiras nacionais”. E essa professora universitária completa: “O Protocolo de Palermo se dirige especialmente ao comércio de seres humanos com fins de exploração da prostituição e outras formas de exploração sexual, a dos trabalhos forçados, a da escravidão ou práticas análogas ou ao comércio de órgãos”.

(1) *Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil*, PESTRAF, relatório nacional, organizadores: Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, realização do Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA, 2002.

(2) Depoimento do representante do Itamaraty no seminário “Violência contra a mulher - Tráfico de seres humanos”, realizado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, 22 a 23 de novembro de 2001.

(3) PESTRAF, *idem*.

(4) *“La guía anotada del protocolo completa contra la trata de personas*, compuseto por: 1. Protocolo para prevenir, reprimir y sancionar la trata de personas, especialmente mujeres y niños; 2. La convención contra la delincuencia organizada transacional; 3. Les travaux préparatoires; 4. Anotaciones.”, International Human Rights Group, novembro, 2002.

SEM MEDO DE ERRAR

Para que o comércio escabroso de seres humanos termine algum dia, cada um dos fatores representados pelas três faces do triângulo que o determina deve ser enfrentado de forma eficaz. A oferta de seres humanos – principalmente mulheres e meninas para a indústria da prostituição – tem sua base, primeiro, nas causas econômicas geradoras da fome, miséria, falta de oportunidades de trabalho, de lazer, cultura, etc. Daí a importância de serem revistas as relações internacionais entre países ricos e países pobres, em nosso mundo globalizado, de ser revisto o pagamento das dívidas externas dos países pobres para os grandes bancos internacionais como FMI. A distribuição da riqueza em um mesmo país tem de ser mais justa e equânime.

Qualquer esforço da ONU ou de qualquer organismo internacional para deter o tráfico será em vão se as causas econômicas do comércio de pessoas não forem sanadas ou pelo menos amenizadas. Mas é preciso não esquecer que o lado da oferta, no triângulo que define tráfico de mulheres e meninas, tem também causas culturais que reforçam o a situação de objeto do gênero feminino.

Segundo, é necessário o trabalho em torno da demanda de seres humanos. Se o tráfico é um comércio, há que se perguntar o que leva homens adultos procurarem o benefício sexual de

meninas e mulheres em estado de escravidão. Ora, se ninguém fumasse, não haveria fábricas de cigarro; se ninguém matasse, não haveria indústria armamentista; se ninguém usasse seres traficados, esse comércio acabaria. Pura lógica de mercado.

Daí a importância de um trabalho – que pode ter resultados somente em longo prazo, mas que é inadiável – isto é, a revisão da formulação religiosa-cristã do pecado como responsabilidade feminina. Tal visão do mundo tem reforçado a moral dualista: *para uma santa existe uma pecadora; para uma mãe, uma prostituta.*

Torna-se urgente o trabalho educativo entre a juventude para alertar sobre os perigos das propostas mirabolantes de trabalho nos grandes centros ou no exterior ou a discussão sobre os apelos de nossa sociedade de consumo que leva uma garota a se prostituir para obter uma calça de marca.

Faz-se também urgente um trabalho com os homens para clarearmos as causas dessa procura. Será que a auto-afirmação das mulheres atuais assusta o macho, fazendo com que ele procure uma relação onde se sinta seguro e mais forte? A relação sexual não é de respeito ou amor, assim como não o era com sua parceira, mas de poder. Quando tal poder fica difícil de ser exercido com a parceira, procura-se alguém mais frágil e vulnerável, no caso a criança ou a mulher traficadas e prostituídas?

Por fim, mas não por último, o terceiro fator que ocasiona o tráfico de seres humanos a ser discutido é o da impunidade. Há

um esforço dos diversos governos, inclusive o brasileiro, em enfrentar tal comércio.

A desatualização de nossa legislação e a falta de consciência do problema por parte das autoridades, como juízes, promotoria e as diversas polícias, fazem com que o tráfico de seres humanos seja uma atividade criminosa que oferece mais garantias de lucro sem os grandes riscos que o tráfico de drogas e armamentos apresenta. Por isso, o governo dos Estados Unidos (Seminário de Washington, fevereiro de 2003) considera que, a continuar como está, esse comércio ilegal será o primeiro no mundo no ranking do lucro, em um breve período de tempo.

O programa Global da ONU, do qual o Brasil é parceiro, se constitui num exemplo de luta contra essa atividade criminosa. Esse programa se propõe a instalar escritórios em território nacional para o enfrentamento do tráfico e apoio às suas vítimas. Apesar de ser ainda uma experiência incipiente, tais escritórios poderão se tornar meios eficazes de luta contra o tráfico.

São enormes as tarefas resultantes desta nossa reflexão, a começar da afirmação de que o problema do tráfico de seres humanos só terá fim quando os diversos fatores que o determinam sejam superados. Mas não vemos outra saída. A cada parcela da população envolvida no seu enfrentamento cabe uma luta específica:

- o aprimoramento da legislação de combate ao tráfico;
- a harmonização do trabalho das polícias de diversos países envolvidos com o tráfico de seres humanos;
- a harmonização de nossas próprias polícias;
- o trabalho de conscientização da sociedade e a discussão do assunto com os jovens;
- a revisão de conceitos religiosos que dão reforço à exploração da mulher;
- o esforço por uma sociedade mais justa e fraterna.

Estes são alguns dos desafios que temos de enfrentar conjuntamente. Se a tarefa nos parece grande demais, não vamos esquecer que a construção da História se faz como a de um grande muro: cada um coloca o seu tijolo.

O que o SMM sempre se propôs a fazer – mesmo com eventuais equívocos – é não permitir que seu papel na construção do muro da História se torne uma fresta, fruto da omissão causada pela covardia ou pelo medo de errar.

